

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.335.191 - PB (2012/0150524-0)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : **CHANG LANG FANG**
ADVOGADOS : **EVERALDO MORAIS SILVA - PB006290**
 : **OTACILIO BATISTA DE SOUSA NETO - PB010866**
AGRAVADO : **CONDOMINIO EDIFICIO ORINTE CENTER**
ADVOGADO : **RINALDO MOUZALAS DE SOUZA E SILVA - PB011589**
SOC. de ADV. : **MOUZALAS, BORBA & AZEVEDO ADVOGADOS ASSOCIADOS**

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO ANULATÓRIA DE ASSEMBLEIA CONDOMINIAL. INEXISTÊNCIA DE OFENSA AO ART. 535 DO CPC/73. ACÓRDÃO ESTADUAL DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. SUFICIÊNCIA DAS PROVAS. ANÁLISE DA INDISPENSABILIDADE DAS PROVAS. ASSEMBLEIA. NULIDADE. CONVOCAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. Rejeita-se a alegada ofensa ao art. 535 do CPC/73, na medida em que a Corte Estadual dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, não sendo possível confundir julgamento desfavorável com ausência de fundamentação.
2. Não configura cerceamento de defesa o julgamento antecipado da lide quando o Tribunal de origem entender adequadamente instruído o feito, declarando a prescindibilidade de produção probatória, por se tratar de matéria eminentemente de direito, especialmente quando as partes se posicionam pela "desnecessidade de produção de novas provas, inclusive periciais, além de pugnarem pelo julgamento da lide no estado em que se encontrava", conforme consta do v. acórdão recorrido.
3. O eg Tribunal local, com base no contexto fático-probatório, concluiu pela ausência de vícios na convocação da assembleia condominial. Com efeito, a modificação de tal entendimento demandaria, no caso, o reexame de fatos e provas, providência vedada em sede de recurso especial, a teor do óbice contido na Súmula 7 do STJ.
4. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira (Presidente), Marco Buzzi e Luis Felipe Salomão votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 28 de maio de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator

